



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

Considerando a vinculação legal que importa para esta Comissão de Disciplina do parecer da AdoP, passa a condenar-se o atleta na pena de 18 meses de toda a actividade desportiva.

Vila Nova de Gaia, 22 de Novembro de 2013

(Jacinto Remígio Meca)



Autoridade Antidopagem de Portugal
Estrutura de Suporte ao Programa Antidopagem

Exmo. Sr. Presidente da
Federação Portuguesa de Canoagem
C. Náutico Eng.º Edgar Cardoso,
R. Manuel P. Lima S/N, Oliv. Douro
4430-750 - VILA NOVA DE GAIA

Sua Referência:	Sua Comunicação de:	Nossa Referência:	Data:
		3636 / ESPAD / 2013	13.11.2013
ASSUNTO:	PARECER PRÉVIO		

À consideração do Conselho Nacional Antidopagem (CNAD) foi colocado o processo disciplinar relativo aos quatro incumprimentos cometidos pelo praticante desportivo [REDACTED], no âmbito do Sistema de Localização, na modalidade de Canoagem.

Conforme o previsto no artigo 35.º da Portaria n.º 11/2013, de 11 de janeiro, veio a Federação Portuguesa de Canoagem, em e-mail recebido em 31/10/2013, requerer à ADoP o parecer prévio relativo à proposta de sanção disciplinar a aplicar ao praticante desportivo em apreço.

No âmbito do Sistema de Localização, o praticante desportivo em apreço teve quatro incumprimentos num período de 18 meses consecutivos, por ausência de envio dos formulários de localização dentro do prazo legal, designadamente no 1.º e 4.º trimestres de 2012 e no 1.º e 2.º trimestres de 2013. O praticante desportivo foi devidamente notificado pela ADoP em relação a cada um dos incumprimentos.

Embora alguns dos factos que consubstanciam a violação de norma antidopagem tenham ocorrido ainda durante a vigência da Lei n.º 27/2009, de 19 de junho, que previa uma moldura sancionatória compreendida de 2 a 8 anos para a violação em apreço, esse diploma legal foi revogado com a publicação da Lei n.º 38/2012, de 28 de agosto, que prevê para a mesma violação uma sanção de suspensão da atividade desportiva por um período compreendido de 1 a 2 anos, pelo que a aplicação do regime sancionatório deve ser efetuada de acordo com a sucessão de leis no tempo, aplicando-se assim o regime sancionatório mais favorável para o praticante desportivo, ou seja o previsto na Lei n.º 38/2012, de 28 de agosto.



Autoridade Antidopagem de Portugal
Estrutura de Suporte ao Programa Antidopagem

Propôs a Federação Portuguesa de Canoagem que se aplique ao praticante desportivo uma sanção de um ano e quatro meses de suspensão da atividade desportiva, com base na seguinte fundamentação:

- Face às notificações de incumprimento que lhe foram remetidas pela ADoP relativamente a cada um dos incumprimentos, o praticante desportivo não deu resposta ou, como se refere na proposta de decisão remetida pelo Conselho de Disciplina da FPC, *"(...) as justificações que foram dadas não estavam amparadas em meios de prova consistentes"*;
- Entende o Conselho de Disciplina da FPC quanto ao praticante desportivo, que *"(...) nunca demonstrou este vontade de colaborar com as instâncias desportivas no combate ao fenómeno do doping, limitando-se a dar informações inconsistentes e sem qualquer suporte probatório como de resto demonstra a resposta à nota de culpa na medida em que não requereu qualquer diligência probatória."*;
- Destaca-se ainda na proposta de decisão remetida pelo Conselho de Disciplina da FPC que o praticante desportivo em causa, ao responder à nota de culpa no âmbito da fase de instrução do procedimento disciplinar, e na presença do respetivo Instrutor, entendeu não assinar a sua resposta à nota de culpa;
- O praticante desportivo solicitou à ADoP, em 7 de abril de 2013, a sua desvinculação do Sistema de Localização, alegando encontrar-se *"desligado da prática desportiva de alta competição"*. Em 8 de abril de 2013, a ADoP solicitou à FPC uma confirmação desse facto, tendo a FPC respondido que *"(...) o atleta em causa se encontra federado na presente época desportiva, tendo já participado em competições regionais e nacionais ao serviço do Clube Náutico do Prado (...) encontrando-se o mesmo convocado para os dois primeiros estágios da Seleção Nacional de Velocidade, tendo faltado a ambos, conforme relatórios do Seleccionador (...)"*;
- Na proposta de decisão refere-se que *"Considerando o modo reiterado do incumprimento, a inexistência de qualquer justificação, atuou com dolo direto, atendendo à idade do infrator e ao tempo que já pratica a modalidade, era-lhe exigível um comportamento diferente, cuidadoso, mais profissional e colaborante."*;
- Destaca-se ainda que *"Não mostrou qualquer arrependimento, o que leva a aventar a possibilidade de um comportamento, reincidente no futuro"*;
- O praticante desportivo é primário, não tendo registada qualquer outra violação disciplinar, de qualquer natureza.



Autoridade Antidopagem de Portugal
Estrutura de Suporte ao Programa Antidopagem

Face ao exposto, cumpre referir:

Os controlos de dopagem fora de competição são essenciais a um efetivo e eficaz programa antidopagem. No acórdão do Tribunal Arbitral do Desporto de Lausanne CAS 2006/A/1165 (Christine Ohuruogu v. UKA e IAAF), articulado 16, é referido: "To carry out effective testing of this nature, it is vital that athletes produce accurate whereabouts information so that they can be tested by surprise." [Para se poder proceder a um eficaz controlo desta natureza, é fundamental que os praticantes desportivos forneçam informação precisa no sistema de localização, para que possam ser controlados sem aviso prévio.] – Tradução nossa.

Atendendo aos factos apurados em sede de procedimento disciplinar, o CNAD não pode deixar de valorar muito negativamente o comportamento do praticante desportivo, como aliás o faz a proposta de decisão remetida pelo Conselho de Disciplina da FPC. Contribui para este facto o modo reiterado do incumprimento, o não exercício do direito de defesa relativamente à maior parte dos incumprimentos, ao ser notificado pela ADoP para esse efeito, bem como a inconsistência das justificações apresentadas nas raras vezes que decidiu produzi-las, e a atitude pouco colaborante e sem arrependimento, que se traduz também no facto de não ter acedido a assinar a sua resposta à nota de culpa.

Por outro lado, quando o praticante desportivo atingiu os dois incumprimentos no espaço de tempo inferior a 18 meses consecutivos a ADoP, na tentativa de o alertar e esclarecer, evitando-se assim um 3.º incumprimento, tentou agendar uma reunião para lhe prestar esclarecimentos adicionais relativamente ao funcionamento do Sistema de Localização. Esta convocatória não teve qualquer resposta por parte do praticante desportivo.

Contudo, o praticante desportivo demonstrou proatividade, pois enviou os formulários de localização após a abertura do processo disciplinar (3.º e 4.º trimestre de 2013), embora tenha enviado o formulário relativo ao 4.º trimestre de 2013 fora do prazo.

Em sede de apreciação e graduação da culpa do agente na violação do dever jurídico, o Conselho de Disciplina da FPC considerou ter havido dolo direto. No entanto, os factos dados como provados durante o procedimento disciplinar não permitem estabelecer com segurança esse facto, deixando uma dúvida razoável quanto ao mesmo. Por outro lado, a verificar-se dolo direto, tal levaria à imposição do limite superior da moldura sancionatória, o que não corresponde também a proposta de sanção apresentada pelo Conselho de Disciplina da FPC. Desse modo e *in dubio pro reo*, o CNAD considera que o seu grau de culpa corresponde a negligência consciente, que o praticante




Autoridade Antidopagem de Portugal
Estrutura de Suporte ao Programa Antidopagem

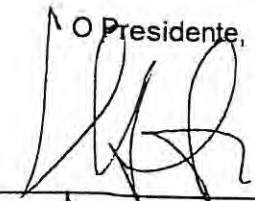
desportivo representou a possibilidade de incumprimento, mas atuou sem se conformar com a realização do resultado típico que ele previu.

Nos termos do n.º 2, do artigo 63.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de agosto, a uma primeira violação de norma antidopagem corresponde a moldura sancionatória compreendida entre 1 a 2 anos de suspensão da atividade desportiva.

Para que ao praticante desportivo pudesse ser aplicado o limite sancionatório mínimo, o qual corresponde às situações em que o grau de culpa ou negligência é leve, o CNAD deliberou que serão elegíveis os casos onde se verifiquem os seguintes pressupostos cumulativos: negligência consciente; confissão integral e sem reservas de todos os incumprimentos cometidos; demonstração de arrependimento; proatividade no envio dos formulários de localização após a abertura do processo disciplinar.

Nestes termos, atendendo a todos os circunstancialismos referidos, no respeito pelo Princípio de Equidade e tendo em vista uma harmonização das sanções aplicadas pelas diferentes federações desportivas relativamente ao mesmo tipo de violações de normas antidopagem, **o CNAD decide a aplicação ao praticante desportivo de uma sanção de um ano e seis meses de suspensão da atividade desportiva.**

Com os melhores cumprimentos. 

O Presidente,

Prof. Dr. Luís Horta



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

Processo disciplinar n.º 05/13 (Ref.º DA 154/13 – [REDACTED])

ACÓRDÃO

Acordam os membros que constituem o Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Canoagem.

1. Relatório

A Autoridade Antidopagem de Portugal remeteu em 28 de Junho de 2013 o ofício n.º 1817/ESPAD/2013, através do qual deu nota de um conjunto de incumprimentos no âmbito do sistema de localização levados a cabo pelo atleta [REDACTED]

Por despacho lavrado no rosto do ofício e datado de 9 de Julho de 2013 foi determinado pelo Presidente do Conselho de Disciplina da FPC a instauração do competente processo disciplinar, nomeando-se como instrutor o Sr. Dr. Sérgio Agostinho Ferreira e como relator Jacinto Remígio Meca.

Em 15 de Julho de 2013, o atleta Sr. [REDACTED] foi notificado por carta registada com aviso de recepção nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 7.º, n.º 2 do Regulamento Disciplinar da Federação Portuguesa de Canoagem.

Em 22 de Julho de 2013, juntou-se aos autos a nota de culpa que respeitando os princípios vazados no artigo 7.3.3 do Regulamento Disciplinar da Federação Portuguesa de Canoagem foi notificada ao atleta Sr. [REDACTED] por carta registada com aviso de recepção – artigo 7.3.4 do RDFFC – que foi assinado em 23 de Julho de 2013.

Respondeu o atleta à nota de culpa dando conta de ter decidido retirar-se da competição por tempo indeterminado o que comunicou ao Seleccionador Nacional, reconhecendo, todavia, os vários incumprimentos que imputou a falhas involuntárias e não a qualquer renúncia do seu envio. Tomou posição sobre pontos concretos da nota de culpa e a final reafirmou que a sua actividade desportiva baseou-se no respeito pela ética com um percurso isento directa ou indirecta de qualquer contacto com produtos, substâncias ou metidos proibidos.

O arguido não assinou a resposta nem apresentou diligências de prova.

O Sr. Instrutor Dr. Sérgio Agostinho Ferreira elaborou a respectiva proposta de decisão na qual e após enunciação dos factos provados e subsunção ao direito concluiu pela aplicação de um ano de suspensão de toda a actividade desportiva.



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

2. Matéria de facto provada

1. O arguido é portador da licença federativa nº [REDACTED] e pertence aos quadros do Clube [REDACTED] com sede na [REDACTED].

2. No passado dia 12 de Setembro de 2011, através do ofício nº 5171/ESPAD/2011 foi notificado pela ADoP da sua inclusão no grupo alvo de praticantes desportivos a submeter a controlos de dopagem fora da competição.

3. Nessa comunicação foi ainda informado de que deveria enviar o seu formulário de localização e a respectiva declaração de autorização devidamente preenchidos, até às 24 horas do dia 30 de Setembro de 2011.

4. Os praticantes desportivos, quando notificados pela ADoP relativamente à sua inserção no grupo alvo a submeter a controlos de dopagem fora da competição, devem enviar trimestralmente ao mesmo organismo os seus formulários de localização, devidamente preenchidos com informação precisa e actualizada.

5. Face à ausência do envio do formulário de localização relativo ao 1º trimestre de 2012, o arguido foi notificado dessa omissão no passado dia 12 de Janeiro de 2012, por meio de ofício nº 557ESPAD/2012 que recepcionado não mereceu resposta da sua parte.

6. Por ofício nº 430/ESPAD/2012, a ADoP notificou o arguido em 3 de Fevereiro de 2012 de que se encontrava numa situação de incumprimento por ausência do envio do formulário de localização no prazo legal.

7. A comunicação referida em 2 manteve válida e vigente para os trimestres subsequentes, sendo que o arguido não enviou à ADoP qualquer notificação relativa ao 4º trimestre de 2012.

8. Em face desta omissão, a ADoP em 19 de Outubro de 2012 e por ofício nº 4435/ESPAD/2012, notificação devolvida pelos CTT em 2 de Novembro de 2012 com a informação de falta de reclamação.

9. Em 22 de Outubro de 2012, o arguido informou a ADoP que embora tenha remetido o formulário de localização dentro do prazo «enganou-se no endereço de e-mail do destinatário».

10. Tal informação não foi acolhida pela Comissão de Avaliação de Informação e Localização – Parecer nº 341/2012 – o que levou a que a ADoP qualificasse a situação de incumprimento por ausência de envio do formulário de localização no prazo estabelecido por lei.

11. Este incumprimento foi comunicado ao arguido no dia 7 de Dezembro de 2012 por ofício nº 4879/ESPAD/2012, notificação recepcionada no dia 10 de Dezembro de 2012.

12. A ADoP, em face dos aludidos incumprimentos – dois – no espaço de 18 meses, tentou agendar uma reunião com o atleta para esclarecê-lo das suas obrigações e prestar esclarecimentos adicionais relativamente ao sistema de localização.

13. A comunicação referida em 12 está datada de 7 de Dezembro de 2012 e vazada no ofício nº 4909/ESPAD/2012, sem que tivesse merecido por parte do atleta qualquer resposta.



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

14. O arguido não remeteu para a ADOP a informação relativa ao 1º trimestre de 2013.
15. Tendo sido notificado dessa falta em 23 de Janeiro de 2013, por meio de ofício nº 145/ESPAD recepcionado pelo arguido em 24 de Janeiro de 2013.
16. O arguido em 23 de Janeiro de 2013 informou a ADOP que «*ulgava ter já remetido o formulário de localização*».
17. a ADOP não aceitou a justificação avançada em 16 e notificou o arguido em 26 de Março de 2013, através do ofício nº 763/ESPAD/2013 da não-aceitação da justificação, ofício recepcionado pelo arguido em 27 de Março de 2013.
18. O arguido não remeteu à ADOP a informação referente ao segundo trimestre de 2013, tendo sido advertido de tal omissão por ofício nº 1106/ESPAD/2013, datado de 24 de Abril de 2013 e recepcionado em 26 de Abril do mesmo ano.
19. Em 7 de Abril de 2013, o arguido solicitou a sua desvinculação do Sistema de Localização em virtude de se encontrar «desligado da prática desportiva de alta competição» desde Julho de 2012.
20. No dia 8 de Abril de 2013 a ADOP solicitou informação à Federação Portuguesa de Canoagem que lhe comunicou o seguinte: *(...) o atleta em causa se encontra federado na presente época desportiva, tendo já participado em competições regionais e nacionais ao serviço do Clube [REDACTED] (...) encontrando-se o mesmo convocado para os dois primeiros estágios da Selecção Nacional de Velocidade, tendo faltado a ambos, conforme relatórios do Seleccionador (...).*
21. Em face desta informação, a ADOP considerou que as condutas omissivas do arguido consubstanciavam uma situação de incumprimento por ausência do envio do formulário de localização, tendo notificado o arguido desse incumprimento por ofício nº 1671/ESPAD/2013, recepcionado em 17 de Junho de 2013.
22. O arguido com a sua conduta agiu de forma livre, consciente e voluntária, bem sabendo que deveria enviar os seus formulários de localização e as respectivas declarações de autorização devidamente preenchidas no prazo que a lei lhe concede o que não fez.
23. O arguido sabia que a sua conduta era proibida pelos Regulamentos Antidopagem da Federação Portuguesa de Canoagem.

3. Matéria de facto não provada

Não se provaram nenhum dos factos constantes da resposta à nota de culpa que estejam em contradição com os factos provados e que por facilidade de elaboração do acórdão aqui se dão por integralmente reproduzidos.



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

4. Fundamentação

Emana com total clareza dos elementos documentais enviados pela ADoP a notificação do atleta na inclusão no grupo de praticantes alvo de controlos antidoping fora de competição. Mais está documentalmente provada as sucessivas notificações em face de um conjunto de incumprimentos – 4 – notificações que recepcionadas pelo arguido ou não mereceram resposta ou as justificações que foram dadas não estavam amparadas em meios de prova consistentes.

5. Aplicação do direito

Antes de mais, devemos realçar que os factos descritos na nota de culpa, e dados como provados, revestem de enorme gravidade. Como é consabido, o combate ao fenómeno do *doping* é um combate transversal a todos os intervenientes desportivos, cabendo em especial a todos os praticantes, dentro e fora da competição, velar pela primazia da verdade e da ética desportiva face a comportamentos – ou omissões, como sucedeu *in casu* – mais ou menos desviantes. Não sendo despidendo trazermos à colação um Acórdão do Tribunal de Primeira Instância das Comunidades Europeias de 30 de Setembro de 2004, Processo n.º T-313/02, em que no seu ponto 44 sustenta que: “(...) há que salientar que, sendo certo que o desporto de alto nível se tornou, em larga medida, uma actividade económica, também é verdade que a luta antidopagem não prossegue qualquer objectivo económico. Com efeito, a luta antidopagem destina-se a preservar, em primeiro lugar, o espírito desportivo (o *fair play*), sem o qual o desporto, amador ou profissional, deixa de ser desporto. Este objectivo, puramente social, justifica *sō por si* a luta antidopagem. Em segundo lugar e na medida em que os produtos dopantes não são desprovidos de efeitos fisiológicos negativos, esta luta destina-se a preservar a saúde dos atletas”.

Já o Professor de Coimbra, João Leal Amado, no seu “Vinculação versus Liberdade – O processo de constituição e extinção da relação laboral do praticante desportivo”, Coimbra Editora, 2002, sustenta que: “(...) proscree-se o *doping*, em suma, porque este faz mal aos desportistas (o que já de si é grave) e ao próprio desporto (o que é gravíssimo). Na verdade, qualquer observador minimamente atento da realidade desportiva sabe que o principal móbil do combate à dopagem é este último, não aquele – não falta aliás quem considere, a nosso ver com inteira razão, que a prática desportiva profissional, de alta competição, é em si mesma atentatória da saúde e da integridade física dos atletas...”.

Relomando o processo disciplinar *sub judice*, não estando nós na presença de um controlo antidopagem positivo mas, ainda assim, não deixam as omissões reiteradas de suscitar a maior censura e merecer, por esse facto, o adequado tratamento disciplinar. De mais a mais, ao longo de todo este período temporal que mediou a



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

notificação ao infractor de que se encontrava incluído no grupo alvo de praticantes desportivos a submeter a controlos de dopagem fora da competição até à remessa do processo para a Federação Portuguesa de Canoagem, nunca este demonstrou vontade em colaborar com as instâncias desportivas no combate ao fenómeno do *doping*, limitando-se a dar informações inconsistentes e sem qualquer suporte probatório como de resto demonstra a resposta à nota de culpa na medida em que não requereu qualquer diligência probatória.

É verdade que, por se tratar de uma obrigação relativamente recente e da qual remam ainda muitas dúvidas nos atletas, é admissível que o infractor desconhecesse as suas obrigações como praticante, nomeadamente a obrigação a que ficara sujeito por via da comunicação recebida da ADoP não podendo, todavia, prevalecer-se do desconhecimento da Lei. O desconhecimento da Lei não pode aproveitar a ninguém e em particular ao infractor, sob pena de se subverter, irremediavelmente, a *ratio legis* das normas antidopagem e, acima de tudo, postergar-se o princípio da ética desportiva, o espírito desportivo e da verdade desportiva (*cfr.* artigo 2.º do Regulamento Antidopagem da Federação Portuguesa de Canoagem).

De seguida, e passando à integração normativa dos factos, convém desde já salientar que ocorreu uma sucessão de leis no tempo, sendo aprovada a Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto, publicada no Diário da República, 1.ª Série – N.º 166 – de 28 de Agosto de 2012, que revogou a Lei n.º 27/2009, de 19 de Junho.

Considerando que a maioria dos incumprimentos ocorreu após a entrada em vigor da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto, sendo que o terceiro incumprimento incorreu na vigência da nova lei –º alínea f) do n.º 2 do artigo 3.º das Lei n.º 38/2012, de 28.8, então é este o regime a aplicar

O infractor, agindo da forma que agiu, omitiu as (válidas) indicações recebidas da ADoP, violou o preceituado nos artigos 7.º n.º 1; 3.º n.º 2 alínea f) e 56.º n.º 1, todos da Lei 38/2012, de 28.8 e nos artigos 9.º n.º 5; 24.º e 28.º n.º a alínea a) *ex vi* artigo 28.º n.º 3, estes do Regulamento Antidopagem da FPC.

Seguidamente importa enquadrar os factos assentes ao direito aplicável. Efectivamente a Lei 38/2012, de 28.8 prevê no artigo 7.º que: “Os praticantes desportivos que tenham sido identificados pela ADoP ou por uma federação desportiva internacional para inclusão num grupo alvo para efeitos de serem submetidos a controlos fora da competição são obrigados, após a respectiva notificação, a fornecer trimestralmente e sempre que se verifique qualquer alteração, nas vinte e quatro horas precedentes à mesma, informação precisa e actualizada sobre a sua localização, nomeadamente a que se refere às datas e locais em que efectuem treinos ou provas não integradas em competições”;

Este artigo remete-nos, por remissão, para o disposto no n.º 5 do artigo 9.º do Regulamento Antidopagem da FPC que estatui que: “Os praticantes desportivos permanecem integrados no grupo alvo até serem notificados em contrário pela ADoP”;



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

Já o artigo 3.º n.º 2 alínea f) da Lei 38/2012, de 28 de Agosto refere que: *"Constitui violação das normas antidopagem por parte dos praticantes desportivos ou do seu pessoal de apoio, consoante o caso: A ausência do envio dentro do prazo estabelecido, ou o envio de informação incorrecta, nos termos do disposto no artigo 7.º, por três vezes por parte do praticante desportivo no espaço de dezoito meses consecutivos, sem justificação válida, após ter sido devidamente notificado pela ADoP em relação a cada um das faltas"*.

O artigo 56.º n.º 1 do mesmo diploma legal (cuja redacção é em *tudo* semelhante ao disposto no artigo 24.º do Regulamento Antidopagem da FPC) refere que *"constitui ilícito disciplinar a violação do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 3.º, bem como a violação do n.º 2 do artigo 37.º"*.

Determinação da medida da pena

Considerando o modo reiterado do incumprimento, a inexistência de qualquer justificação, actuou com dolo directo, atendendo à idade do infractor e ao tempo que já pratica a modalidade, era-lhe exigível um comportamento diferente, cuidadoso, mais profissional e colaborante. Ao actuar como actuou, dúvidas não restam de que este afrontou de forma clara o princípio da verdade desportiva e do combate ao flagelo do *doping*. Desde logo o infractor, com a sua conduta, prejudicou o bom-nome da canoagem; a Federação Portuguesa de Canoagem trava actualmente um combate incessante ao fenómeno do *doping* no desporto e, essa luta, não se compadece com fenómenos semelhantes ao objecto do presente processo; da mesma forma, não contribuiu para a melhoria da imagem da modalidade e isso, nos tempos que correm, constituirá sempre uma circunstância agravante. Não mostrou qualquer arrependimento, o que leva a aventar sobre a possibilidade de um comportamento reincidente no futuro. Finalmente, convém fazer referência à letra da Lei e à *ratio legis* presente nos artigos 39.º e 41.º do Regulamento Disciplinar da FPC, bem como os artigos 63.º n.º 2, 67.º, n.º 1 da Lei 38/2012, de 28 de Agosto, estatuinto ambos os normativos legais que, num caso concreto e após análise de vários pressupostos, onde se incluem o risco inerente à modalidade, é possível e de todo aconselhável a aplicação de uma pena de suspensão inferior a dois anos, desde que precedida do necessário parecer prévio do CNAD.

No caso em apreço a lei – artigo 63.º, n.º 2 – estabelece uma suspensão de 1 a 2 anos para primeira infracção. Sucede que embora o arguido tenha agido de forma livre e consciente, ou dito de modo mais prosaico, não quis dar cumprimento às disposições legais e regulamentares em matéria de localização fora do quadro de competição, a verdade é que também não podemos olvidar que se desconhece que tenha cometido qualquer outra infracção. Ou seja, embora discordemos do Sr. Instrutor quando imputa a prática dos factos a título de negligência e consideremos que aqui a título de dolo, a verdade é que não encontramos fundamento factual que permita aplicar-lhe o máximo da pena de suspensão – 2 anos – mas já entendemos por via de razões de prevenção geral e especial que se mostra justa e adequada a pena de 16 meses de suspensão.



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

Decisão

Nos termos e com os fundamentos expostos, acordam os Membros que constituem o Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Canoagem em condenar o atleta [REDACTED] numa pena de 16 - dezasseis - meses de suspensão de toda a actividade desportiva.

Antes de proceder à notificação do arguido recolha o parecer prévio do ADOP nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 67º/1 da Lei nº 38/2012, de 28.8

Remeta cópia para a ADOP.

Vila Nova de Gaia, 1 de Novembro de 2013

[Handwritten signatures]